JUSTIFICATIVA DE VOTO VENCIDO

1 - PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA FUNCIONAL DA SDC PARA JULGAR A DEMANDA ARGUIDA PELA MINISTRA PRESIDENTE DO TST

A Ministra Maria Cristina Peduzzi (Presidente) apresentou voto, para declarar, de ofício, a incompetência funcional da SDC para julgar a demanda, com a remessa dos autos à SDI-2, com amparo no art. 78 do RITST que dispõe: “À Seção Especializada em Dissídios Individuais, em composição plena ou dividida em duas Subseções, compete: III - à Subseção II: a) originariamente: (...) IV - julgar os habeas corpus; (...)”

Apreciando a questão preliminar arguida, faço as seguintes ponderações:

No caso, os interessados ingressaram com pedido de habeas corpus, perante juízo cuja competência é de direito coletivo, em razão de conflito coletivo envolvendo greve.

A demanda foi julgada pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos da Corte Regional. E, após interposição de recurso ordinário, o processo veio a julgamento na SDC do TST.

Evidentemente, o processo abrange questões pertinentes ao rito processual do dissídio coletivo, e, por isso, é da SDC do TST a competência para analisar e julgar esta demanda, independentemente de eventuais questionamentos individuais relativos à habeas corpus suscitados no feito, uma vez que o cerne da demanda diz respeito à atos decorrentes de greve, que tem pertinência à direito coletivo.

Dessa forma, peço vênias, e voto no sentido de não acolher a preliminar.

2 - MÉRITO. CABIMENTO DE HABEAS CORPUS PARA QUESTIONAR ATOS PRATICADOS EM CENÁRIO DE GREVE.

De forma sintética, eis a controvérsia:

Trata-se de habeas corpus impetrado, em 2015, por Sylvio Garcez Júnior em favor de MARIO JORGE BEZERRA DE AMORIM, DEMAIS EMPREGADOS DA PETROBRÁS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO e quaisquer outras pessoas que precisassem acessar as unidades operadas pela TRANSPETRO na Bahia, em face de uma greve conduzida pelo Sindicato dos Petroleiros da Bahia (réu na ação). O TRT da 5ª Região deferiu liminar para que o Sindicato se abstivesse de praticar atos que impedissem o acesso dos pacientes, com cominação de multa em caso de descumprimento.

Na sessão de julgamento, realizada em 2018, a Corte regional não acolheu as preliminares de incompetência material funcional da Justiça do Trabalho, de ilegitimidade ativa e de ausência de individualização dos pacientes; extinguiu o feito, sem resolução do mérito, por perda do objeto; e aplicou multa ao Sindicato Obreiro no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), por descumprimento da liminar. O Sindicato Obreiro interpõe recurso ordinário por meio do qual renova as preliminares relativas à incompetência da Justiça do Trabalho, à ilegitimidade ativa e de ausência de pressuposto processual (individualização dos pacientes), bem como requer a exclusão da multa aplicada.

O Ministro Relator apresentou voto no sentido de: negar provimento ao recurso ordinário em relação à preliminar de incompetência material; dar-lhe provimento para manter a extinção do processo, sem resolução de mérito, mas por fundamento diverso, em relação aos "DEMAIS EMPREGADOS DA PETROBRÁS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO" e "QUAISQUER OUTRAS PESSOAS QUE PRECISEM ACESSAR AS UNIDADES OPERADAS PELA TRANSPETRO NA BAHIA", considerando a ausência de pressuposto processual de constituição válida e regular do feito (falta de individualização dos pacientes); e, em relação ao único paciente identificado (MARIO JORGE BEZERRA DE AMORIM), reconhece a incompetência funcional do TRT da 5ª Região. A multa aplicada é afastada.

Analiso:

A Constituição Federal assegura que "conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder" (art. 5º, LXVIII, CF/88).

No caso, o primeiro ponto que deve ser destacado é que o "habeas corpus" é o remédio constitucional a ser usado contra ato arbitrário ou ilegal. Essa é a primeira questão que se deve ter em conta ao analisar um habeas corpus ou um pedido de habeas corpus: a existência de um ato arbitrário ou ilegal.

Nesse compasso, destaco que, no caso em exame, o que se debate é o direito de greve, ou seja, ato que não só não é arbitrário, como é constitucionalmente garantido e assegurado.

Como já dito, o habeas corpus é o remédio constitucional que, na sua terminologia básica, na sua conceituação, existe para coibir ato arbitrário ou ilegal, portanto, ele não pode ser utilizado contra o exercício do direito de greve, que é um ato jurídico constitucionalmente assegurado.

Pela própria essência o "habeas corpus" não se aplica ao direito de greve. Se estamos falando do direito legítimo à greve, do direito constitucional à greve, não temos como aplicar um instrumento que é criado para atos arbitrários ou ilegais. Não se está falando, em momento algum, de ilegalidade do direito de greve. Como posso aplicar o instituto de habeas corpus, que foi feito, preenchido, formatado com esse sentido?

Admitir o habeas Corpus como contraponto ao legítimo interesse do sindicato em realizar piquetes e outras manifestações de convencimento dos trabalhadores, é abrir um flanco bem expressivo em relação às liberdades, ao direito de greve e à liberdade sindical. Temos que pensar sobre isso com muito cuidado. O habeas corpus é um instrumento internacionalmente assegurado em todas as grandes legislações do mundo, particularmente nas legislações ocidentais, às quais temos um acesso mais fácil, e desconheço na jurisprudência internacional a utilização do instrumento do habeas corpus - que

é para atividades ilegais, atos arbitrários, atos ilegais - para constranger, diminuir, ou, de alguma maneira, causar impacto num direito legítima e constitucionalmente assegurado, como é o caso do direito de greve.

Não há ilegalidade ou abuso de poder no exercício do direito de greve, o que, por si só, já afasta a hipótese para a utilização de habeas corpus.

Nesse sentido, entendo como absolutamente inviável o manejo de habeas corpus para contrapor conflito coletivo de greve, e, portanto, peço vênia às divergências, para, respeitosamente, acompanhar o voto do Ministro Mauricio Godinho Delgado, no sentido de dar provimento ao recurso ordinário do Sindicato obreiro para extinguir o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC.

Kátia Arruda
Ministra do TST